



É preciso definir o tamanho dos lotes e as áreas onde podem ser construídos prédios em Ceilândia. Para isso, espera-se a aprovação do PDL

# Plano diretor de Ceilândia <sup>DF-4</sup> roda, roda e não sai do lugar

*Cartilha que põe ordem no crescimento da cidade, o PDL terá de ser votado, de novo, em primeiro turno na Câmara*

**E**stá difícil de sair. Elaborado para disciplinar o crescimento da cidade — com normas que vão desde o tamanho dos lotes até os locais para estacionamento —, o Plano Diretor Local de Ceilândia (PDL) volta à estaca zero. Na próxima sessão da Câmara Legislativa, ele será retirado da pauta de votações para receber ajustes. Quando for reapresentado, terá de ser votado em primeiro turno novamente.

Isso depois de um ano de discussões entre os órgãos do governo e a comunidade. Várias reuniões foram realizadas em 1996, nas quais associações de moradores, empresários e outros grupos sugeriram mudanças no plano. Aos encontros, seguiu-se a tramitação na Câmara Legislativa, iniciada nos primeiros meses de 1997.

A demora na Câmara foi de quase dois anos. O projeto passou pelas comissões de Constituição e Justiça e de Economia, Orçamento e Finanças e só chegou ao plenário no final do ano passado. No dia 15 de dezembro, o PDL finalmente foi

votado pelos deputados distritais, que o aprovaram por 21 votos contra três ausências.

“Retirar um projeto que está há mais de um ano tramitando na Câmara é apostar no atraso”, afirma o deputado distrital Wasny de Roure (PT), um dos relatores do PDL no ano passado. Segundo ele, o governo estaria avançando mais caso colocasse em votação os PDL das outras cidades.

## ORDEM NA CIDADE

Muita gente não sabe o que o Plano Diretor Local pode interferir em suas vidas. Mas ele define o crescimento ordenado de toda a cidade. Ceilândia, por exemplo, ainda tem poucos prédios residenciais. O PDL determina quais terrenos podem ser utilizados para a construção de edifícios, o número de andares, o tamanho dos lotes para casas, a revitalização do centro comercial e as áreas de estacionamento.

“É muito desgastante para a comunidade voltar a debater algo que já discutiu por um ano inteiro”, alega Bernardino Neto Leão, 36

O TEMPO PERDIDO	
1995	1998
Plano Diretor Local de Ceilândia é elaborado pelos técnicos do IPDF	Depois de passar por duas comissões, o plano recebe 89 projetos complementares. Um dos relatores do projeto, o deputado distrital Odilon Aires (PMDB) se reúne novamente com membros da comunidade. Em 15 de dezembro, o PDL vai à votação e é aprovado por 21 votos contra três ausências
1996	1999
Durante todo o ano, o PDL é apreciado pelos representantes da comunidade e dos empresários da cidade, em encontros promovidos pela Administração Regional de Ceilândia e responsáveis por outros órgãos do governo	Na próxima sessão, que ocorre amanhã, o PDL será retirado da pauta de votações da Câmara. Dentro de 60 dias, o plano deve ser reapresentado para apreciação do plenário. Terá de ser votado novamente em primeiro turno
1997	
O PDL começa a tramitar na Câmara Legislativa	

anos, presidente da Associação dos Moradores da Guariroba (Asmog).

O líder do governo na Câmara Legislativa, deputado José Edmar (PMDB), discorda. Por intermédio dele, o projeto será retirado da pauta de votações na segunda-feira. Só volta depois de nova rodada de conversas.

“Não participei de nenhuma reunião a respeito do PDL de Ceilândia. Por isso o questionei na votação do final do ano e agora peço sua revisão”, assegura Edmar.

De acordo com o deputado, há

vários pontos que precisam de revisão, tais como o sistema de endereçamento da cidade e os condomínios irregulares como o Privê.

Para o presidente da Associação dos Microempresários de Ceilândia (Asmec), Sebastião Gabriel de Oliveira, os debates anteriores foram tempo jogado fora. “É um desrespeito com a comunidade. Só porque o governo mudou, ele não tem de mudar tudo pois fomos nós e não os políticos que definimos o que gostaríamos para nossa cidade”, completa.